



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Sessão Conjunta Cidades, Campos e Territórios [AT] e Classes e Classes, Desigualdades e Políticas Públicas [ST]

JUSTIÇA ESPACIAL E PARTICIPAÇÃO NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

RODRIGUES, Camila

Doutoranda em ciência política

CESNOVA

camilapombeiro@gmail.com

Resumo

A apresentação resumiu o trabalho preliminar desenvolvido no primeiro ano de uma tese de doutoramento em ciência política a ser realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL). O tema geral da tese foca o papel da participação na qualidade da democracia, sendo analisado em particular o envolvimento dos moradores nas políticas de habitação no Portugal democrático. Para tal, são adotados dois níveis de análise: os arranjos institucionais, que correspondem aos tipos de organizações de moradores formalmente constituídas (cooperativas de habitação e associações de moradores), e os mecanismos políticos, que correspondem aos diversos programas de habitação social implementados desde então.

Abstract

The presentation summarized the preliminary work of the first year of a PhD in political science being held at the Faculty of Social and Human Sciences of the New University of Lisbon (FCSH / UNL). The general theme of the thesis focuses on the role of participation in the quality of democracy, and it is analyzing in particular the involvement of neighbours in housing policies in democratic Portugal. To this end, two levels of analysis were adopted: the institutional arrangements that correspond to the types of neighbourhood organizations formally constituted (housing cooperatives and neighbourhood associations), and the political mechanisms that correspond to the various social housing programs implemented since the revolution.

Palavras-chave: justiça espacial; participação; organizações de moradores; programas de habitação social

Keywords: spatial justice; participation; neighbourhood organizations; social housing programs.

1. Introdução

A apresentação resumiu o trabalho preliminar desenvolvido no primeiro ano de uma tese de doutoramento em ciência política a ser realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL)¹. O tema geral da tese foca o papel da participação na qualidade da democracia, sendo analisado em particular o envolvimento dos moradores nas políticas de habitação no Portugal democrático. Para tal, são adotados dois níveis de análise: os arranjos institucionais, que correspondem aos tipos de organizações de moradores formalmente constituídas (cooperativas de habitação e associações de moradores), e os mecanismos políticos, que correspondem aos diversos programas de habitação social implementados desde então.

O interesse pelo tema deriva do reconhecimento da importância de um tipo de transição democrática de carácter revolucionário como o que ocorreu em Portugal, o qual inaugurou a terceira vaga de democratizações e permitiu uma reconfiguração, mais ou menos duradoura, das relações de poder e hierarquias sociais. Com a transição para a democracia, Portugal experimentou um período de liberdade cívica e associativa. A forma revolucionária do processo de transição constituiu uma oportunidade única não só para o estabelecimento das liberdades de associação mas também para a mobilização espontânea dos grupos populares. Os anos da transição constituem períodos de elevada participação, de explosão associativa, de eclosão de movimentos sociais e de generalização do protesto. São também anos de elevadas esperanças democráticas, com ideais e propostas de democracia popular e participativa (Fernandes, 2014a, 2014b).

Este contexto de elevada mobilização popular fez-se sentir ao nível dos movimentos de moradores, com a constituição de comissões, organização de protestos e ocupações de habitação pública e privada, e com uma reconfiguração dos programas de habitação social, no sentido de uma abordagem fortemente participada. Aproveitando a fragilidade de um Estado em fase de transição e a significativa carência habitacional que se fazia sentir, os moradores iniciam fortes movimentos reivindicativos a que um Estado recetivo responde com a implementação do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Este programa de realojamento assumiu um carácter assumidamente participativo, com os moradores ativamente envolvidos no planeamento e construção dos seus próprios bairros. No entanto, foi efémero e os programas de realojamento que se seguiram, como o Programa Especial de Realojamento (PER), assumiram um carácter eminentemente estatizado, centrado nos municípios e com os moradores no papel de meros destinatários. Enquanto isso, as organizações de moradores envolvidas ou não em processos de realojamento desapareceram, dado o seu carácter efémero, ou reconfiguraram-se de acordo com duas formas institucionais distintas – associações de moradores e cooperativas de habitação, sendo que cada tipo organizacional configura modos diversos de participar em Democracia.

2. Enquadramento teórico

Tendo por base a evolução verificada na intensidade e forma dos movimentos de moradores desde o período revolucionário até à atualidade, a apresentação equacionou o diferencial participativo dos vários programas de realojamento e dos dois tipos de organizações de moradores – associações e cooperativas, no sentido de analisar o impacto que a participação dos moradores produz ao nível da justiça espacial e, através dela, na qualidade da Democracia. A Democracia é aqui entendida enquanto um sistema político caracterizado pela qualidade de ser totalmente ou quase totalmente responsável (*responsive*) perante os seus cidadãos, ou seja, ser sensível às suas preferências, considerando-os como iguais do ponto de vista político. Nesta perspetiva, são consideradas três condições necessárias para a sua realização, sendo que cada cidadão deve ter a oportunidade sem restrições para: formular preferências; transmitir, de forma inteligível, as suas preferências aos seus concidadãos e ao governo mediante ação coletiva ou individual; e as suas preferências devem ser consideradas em posição de igualdade na conduta do governo, sem qualquer discriminação derivada da sua fonte ou conteúdo (Robert Dahl, 1972).

A qualidade da Democracia dependerá então da maior ou menor realização das condições acima enunciadas. A noção de justiça espacial, entendida enquanto justa e equitativa distribuição no espaço de recursos socialmente valorizados e da oportunidade para os usar (Edward Soja, 2008), é assumida enquanto dimensão

da qualidade da Democracia, na medida em que reflete a capacidade dos cidadãos para formular, transmitir e fazer respeitar as suas preferências ao nível espacial. Partindo desta premissa, procurar-se-á compreender a organização política do espaço enquanto potencial fonte de injustiça espacial, na medida em que pode envolver a produção e reprodução de geografias desiguais, gerando discriminação local e estruturas espaciais de privilégio.

A urbanização da injustiça decorre do favoritismo ou discriminação impostos a determinadas populações, em virtude da sua localização geográfica, que as coloca numa posição de vantagem ou desvantagem no acesso a bens e serviços. Assim, o funcionamento do sistema urbano pode constituir uma fonte de desigualdade se os processos decisórios relativos ao planeamento urbano não forem igualmente acessíveis a todas as populações implicadas, dado que os benefícios e recursos poderão ser distribuídos de forma desigual, favorecendo os grupos mais fortemente representados em detrimento dos restantes. Neste contexto, procura-se estabelecer uma relação de causalidade direta entre qualidade democrática e justiça espacial, sendo a qualidade democrática, por sua vez, potenciada pela participação.

Com base nesta perspetiva, a investigação questiona qual o nível e tipo de participação mais adequado à governação democrática – aquele que produz maior qualidade democrática, ao nível da justiça espacial. Archon Fung (2006) considera três dimensões ao longo das quais os mecanismos de participação variam, constituindo um espaço em que qualquer mecanismo específico de participação pode ser localizado: o âmbito de participação (quem participa), o modo de comunicação e de decisão (como os participantes comunicam uns com os outros e tomam decisões em conjunto) e a extensão da autorização (influência e autonomia - ligação entre discussão e política ou ação pública). Daqui decorre que diferentes posições no espaço institucional são mais ou menos adequadas para promover a justiça espacial, o que remete para as duas hipóteses que orientam o estudo: existe uma relação de causalidade direta entre participação e justiça espacial, sendo que mais participação origina mais justiça espacial; e existem diferentes tipos de participação (arranjos institucionais participativos), os quais influem de forma diferenciada na justiça espacial.

De forma a recolher a informação necessária ao estudo, é adotada uma abordagem combinada qualitativa e quantitativa. Ao nível quantitativo, estão a ser analisadas a base de dados do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, adquirida e tratada pela equipa do projeto Sociedade Civil e Democracia (CESNOVA – FCSH/UNL; Financiado pela FCT), bem como dados disponíveis de outras fontes (INE; IHRU; CASES; Banco de Portugal; EUROSTAT). Ao nível quantitativo foi inicialmente realizado trabalho de campo exploratório em três bairros em Camarate (Bairro Santo António; Bairro CAR; Bairro Quinta das Mós), que implicou entrevistas a interlocutores privilegiados (moradores; câmara municipal; junta de freguesia; organizações de solidariedade social; escola; bombeiros); questionários a moradores e observação participante. De momento estão a decorrer entrevistas abertas a interlocutores privilegiados (CASES; FENACHE; CONFECOOP; IHRU; departamentos de habitação de câmaras municipais no distrito de Lisboa), as quais são complementadas com análise documental (documentação oficial; legislação), leitura de fontes secundárias e, futuramente, trabalho de campo em bairros a selecionar.

3. Observações preliminares

3.1 Organizações de moradores

Atualmente, o setor social e cooperativo em Portugal é quase na sua totalidade dominado pelas associações, sendo que as cooperativas e as outras formas organizacionais assumem um caráter residual. Um relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) fornece uma visão bastante exaustiva do sector. Este relatório sobre a Conta Satélite da Economia Social para o ano de 2010 apresenta a análise, por tipo de atividade, de todas as entidades relevantes. De acordo com ele, em 2010 o Produto Interno Bruto (PIB) da economia social representou 2,8% do total nacional e 5,5% do emprego a tempo inteiro pago. Das 55 383 organizações consideradas, as associações e outras organizações similares da economia social, como as organizações de bombeiros voluntários, eram quase hegemónicas e representavam perto da totalidade do setor, 94%, e 54,1% do PIB. As cooperativas foram, a uma distância considerável, o segundo grupo com maior peso relativo em termos de número de unidades (4%) e do PIB (17%) (INE, 2013a: 5-6).

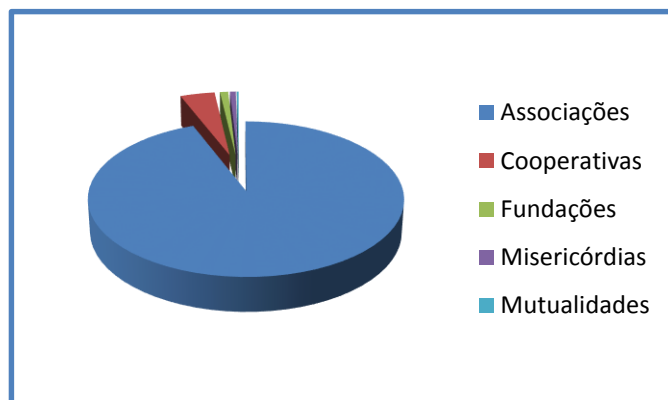


Gráfico 1 - Número de organizações no setor social e cooperativo em 2010. *Fonte: INE, 2013a*

No que se refere às cooperativas de habitação, verifica-se que, por definição, são agentes ativos no mercado e dependem dos mecanismos de proteção do Estado (benefícios fiscais, acesso ao crédito, cedência de solos, etc.) para vingarem no mercado capitalista. Durante o PREC e na primeira versão da Constituição surgem como uma via de efetivação do socialismo e de promoção do acesso à habitação a custos controlados mas perdem relevância gradualmente dada a prioridade concedida à competitividade e ao crescimento económico. A adesão à União Europeia (UE) acentua esta tendência e a crise na habitação aprofunda o seu declínio, dado que se encontram essencialmente focadas na construção para alienação. Neste contexto adverso, procuram adaptar-se e sobreviver adotando modelos de gestão profissionalizados, eventualmente idênticos aos das empresas de construção, e abrangendo grupos sociais solventes e com capacidade de acesso ao mercado, mas correm o risco de desvirtuar os seus princípios e nem por isso conseguem fazer face à forte competição empresarial. Nas palavras de representantes do setor social e cooperativo entrevistados: “o apoio que o movimento cooperativo teve durante a revolução foi-se perdendo gradualmente por razões políticas e os princípios constitucionais deixaram de ser respeitados”... “as exigências do mercado obrigam as cooperativas a abdicar de alguma da sua identidade; há uma mistura de interesses capitalistas com interesses cooperativos, situação que se intensificou com a adesão à UE e com a forte competição económica gerada”. Como resultado, a sua relevância no mercado de habitação tem sido residual, estando o mesmo maioritariamente nas mãos das empresas de construção, como mostra o gráfico seguinte:

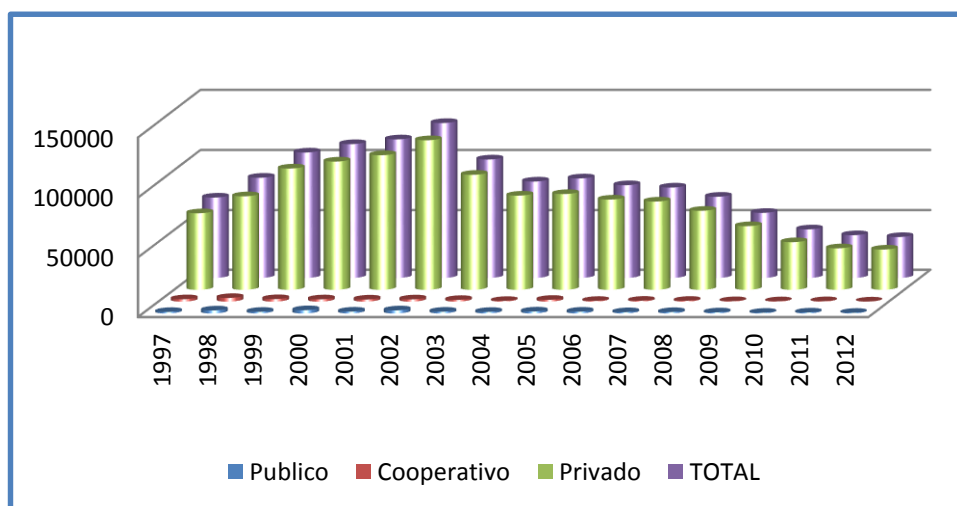


Gráfico 2 - Número de fogos concluídos por setor, entre 1997 e 2012. *INE, 2013c*

Inversamente, as associações de moradores surgem como o veículo privilegiado de participação de moradores na Democracia portuguesa, dado o seu carácter generalista e a sua independência do Estado e do mercado. Têm potencial para organizar, agregar e veicular interesses e promover a constituição de uma identidade coletiva no contexto do capitalismo de mercado, sem no entanto propor uma organização alternativa do mesmo. Como refere um representante do setor social e cooperativo entrevistado, “*as associações não desempenham uma atividade económica, por isso são menos perturbadoras para o sistema capitalista*”. Nesta perspetiva, contribuem para minimizar as desigualdades pela promoção da participação dos seus membros, mas não agem sobre as suas causas estruturais. Contrariamente às cooperativas de habitação, que vão marcando a sua presença ainda que de forma algo incipiente, as associações de moradores estão ausentes dos dados, legislação e documentação oficial relativa à construção de habitação, o que sugere que são utilizadoras, mas não formadoras, do espaço urbano. No entanto, esta observação generalista não permite captar as variações ao nível das próprias associações, que podem apresentar diversidade ao nível do âmbito e intensidade da sua atividade, assim condicionando o seu real papel democratizador. É na realidade difícil estudar o universo associativo, dada a sua elevada extensão e o seu carácter disperso. Uma investigação exaustiva do setor exigiria uma abordagem intensiva e alargada que ultrapassa os recursos da presente investigação.

Um fator que interessa referir, e que é transversal tanto às cooperativas de habitação como às associações de moradores, diz respeito ao seu funcionamento interno. Segundo a generalidade dos entrevistados, tanto as cooperativas de habitação como as associações de moradores exibem um défice democrático interno traduzido na ausência de rotatividade dos dirigentes e na falta de participação da massa associativa. No caso das cooperativas de habitação, surge ainda uma individualização associada à alienação, na medida em que o sentimento de propriedade se sobrepõe ao espírito cooperativo e promove a desmobilização dos cooperantes, que desejam sobretudo adquirir as suas habitações e não necessariamente integrar o espírito de cooperação. Para já não é possível determinar a dimensão e impacto destes fenómenos, mas é possível que o potencial de ambos os tipos de organizações enquanto veículos de participação fique condicionado.

3.2 Programas de habitação social

Dados do INE (2013b) permitem efetuar uma caracterização geral da habitação social em Portugal. Em 2012 existiam em Portugal 118 334 fogos de habitação social, 113 053 arrendados, 4862 vagos e 419 ocupados ilegalmente. Nesse ano registaram-se 25,6 mil pedidos de habitação, metade dos quais na região de Lisboa. O parque de habitação social representou 2% do total de fogos existentes a nível nacional, correspondendo a 1 128 fogos de habitação social por 100 mil habitantes, e gerou uma receita de cerca de 81 milhões de euros (81,9% resultante da cobrança de rendas e 18,1% da venda de fogos), tendo-se registado um decréscimo de 4,5% face a 2011 (- 4 milhões de euros). Registou-se uma despesa de 57 milhões de euros (84,3% com obras de conservação e reabilitação e 15,7% com encargos fixos), tendo-se verificado uma diminuição de 17,5% face a 2011 (- 12 milhões de euros). A renda média mensal praticada no âmbito da habitação social em 2012 foi de 60 €, tendo aumentado pouco mais de 1€ face ao ano anterior.

Este parque habitacional resulta de décadas de implementação de programas de habitação social em contextos diversos. Apesar de durante o Estado Novo já existirem projetos de habitação social, estes não abrangiam a generalidade das populações mal alojadas e as carências habitacionais eram significativas, tanto ao nível das condições de habitabilidade (saneamento, eletricidade, etc.) como ao nível do número de habitações disponíveis, com um défice calculado de cerca de 600 000 habitações aquando da revolução (Bandeirinha, 2007: 68). No contexto revolucionário, com o impulsionamento do arquiteto Nuno Portas, então secretário de estado para a habitação e urbanismo, surge o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), um programa que pressupunha uma intensa participação dos moradores. Após dois anos de implementação que permitiram a construção de mais de 2 200 fogos, o programa foi praticamente anulado por decreto emitido em outubro de 1976 pelo governo constitucional, o qual acusava os moradores auto-organizados e as brigadas técnicas que os apoiavam de agir à revelia das instituições. Seguiu-se um hiato ao nível da habitação social apenas interrompido no final dos anos 80 com o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), implementado em Lisboa e Porto. No entanto, o programa de habitação social de referência

no Portugal democrático, tanto pelo seu volume como pela sua duração e âmbito geográfico, foi o Programa Especial de Realojamento (PER), instituído em 1993 e ainda em processo de implementação.

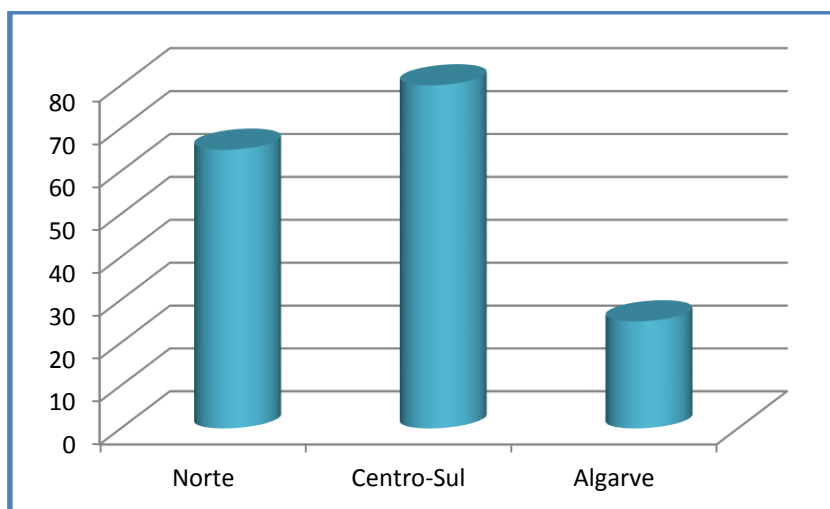


Gráfico 3 - Operações SAAL iniciadas, entre 1974 e 1976. *Fonte: Livro Branco do SAAL*

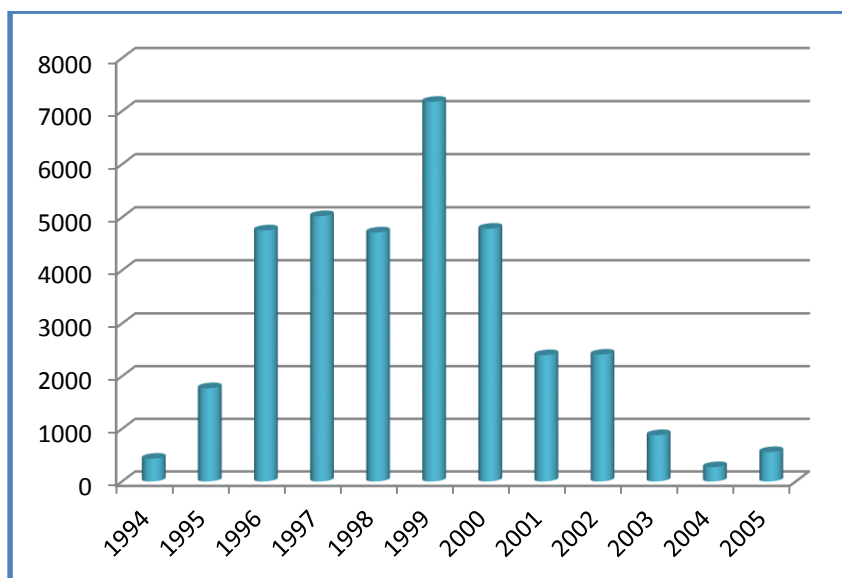


Gráfico 4 - Fogos construídos no âmbito do PER, entre 1994 e 2005. *Fonte: IHRU*

Sem aprofundar os diversos programas de habitação social que surgiram desde então, interessa sobretudo reter que os programas que surgiram após o SAAL não integram a componente participativa mas também não a negam explicitamente, deixando a questão em aberto. Como refere uma representante do departamento de habitação de uma câmara municipal, “*Vou rebater a noção académica de que o PIMP e o PER não foram delineados com uma componente participativa. Independentemente do valor e da profundidade dos estudos que são desenvolvidos, às vezes não se dá a devida importância àquilo que aconteceu no terreno e toma-se como paradigma coisas que não foram bem assim, mas a partir do momento em que são ditas por determinadas pessoas são assumidas como verdade. A legislação quer no PIMP quer no PER não diz absolutamente nada em matéria de participação*”.

O Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de maio, que instituiu o PER, descreve populações multiproblemáticas a serem inseridas na sociedade pelos municípios e instituições particulares de solidariedade social, enquanto o SAAL pressupunha moradores com capacidade de auto-organização e recursos próprios que colaborariam ativamente na construção dos seus bairros. No entanto, apesar do enquadramento legal comum, verifica-se variação participativa ao nível interno de cada programa: os projetos SAAL diferem entre si, tal como os projetos PER. O papel dos

moradores não foi igualmente relevante em todos os projetos SAAL, pois se nalguns casos tomaram a iniciativa pelo projeto e participaram ativamente na sua implementação, noutras casos elementos exteriores, como os arquitetos, terão tido um papel mobilizador mais importante. Por outro lado, os projetos PER surgem, no geral, como desprovidos de participação por parte dos moradores, que foram recenseados e receberam as chaves na mão. Mas há casos de processos mais participados, que terão integrado uma componente consultiva e de auscultação aos moradores. Esta variação ocorre de município para município, derivada essencialmente da sensibilidade política relativamente à questão e possibilitada pela autonomia que estas entidades possuem na gestão do programa. Varia igualmente dentro de um mesmo município, em momentos e locais diferentes, em função de constrangimentos contextuais específicos de cada projeto de realojamento. Apesar desta variabilidade, é possível constatar uma predominância de abordagens pouco participadas, com os municípios no papel de executores e os moradores no papel de recetores passivos. O relato de uma representante do departamento de habitação de uma câmara municipal descreve a forma como o processo decorreu num município: *“punham uma sala cheia de pessoas, de agregados familiares, e tinham os processos à frente e as chaves da casa. Diziam “olhe, a morada está aqui, sabe onde é? Não sabe, então vá procurar e esta é a chave da sua casa”. Dias inteiros a realojar assim, portanto era muito complicado”*.

Em resumo, verifica-se que a participação no contexto do SAAL implicou, no geral e apesar de vários constrangimentos, uma transferência efetiva de recursos e poder executivo/decisório para os moradores, numa lógica de co-responsabilização. A participação que se verifica no âmbito do PER, quando ocorre, não pressupõe uma transferência de recursos nem de poder para os moradores, mas sim a tomada em conta da sua opinião relativamente a aspetos concretos da edificação e distribuição dos fogos, bem como a sua formação/ preparação para a sua ocupação. Esta participação sem redistribuição do poder poderá remeter para fenómenos de pseudo-participação (Carole Pateman, 1970) ou manipulação (Sherry Arnstein, 1969) – técnicas utilizadas com o objetivo de persuadir os indivíduos a aceitar decisões impostas superiormente. Os programas não participados poderão ainda ter um efeito desmobilizador, ao eliminar o direito à habitação como objetivo coletivo.

4. Notas finais

As observações constantes deste momento final da apresentação constituem apenas reflexões preliminares, apontando questões a serem aprofundadas futuramente no decurso da investigação. Para já, torna-se evidente que a participação no mercado constitui um elemento fundamental a considerar tanto na evolução como no impacto das organizações de moradores, dado que constitui o elemento diferenciador entre cooperativas e associações que, como vimos, evoluem de forma diferenciada e parecem desempenhar papéis diversos. Com esta preocupação em mente, é necessário aferir o real impacto das associações de moradores na justiça espacial, pois são numerosas e florescem na Democracia portuguesa. É fundamental determinar qual é a sua verdadeira função, relevância e âmbito de atuação: serão meras utilizadoras do espaço urbano, sem interferirem nos mecanismos económicos e políticos que definem como este é delineado e gerido, ou, como argumentam Cohen e Rodgers (1995), podem apresentar uma valiosa contribuição para a governação democrática ao complementarem o trabalho das instituições reguladoras nacionais e promoverem uma maior equidade na representação organizada?

É igualmente importante aferir o impacto das cooperativas de habitação na justiça espacial, considerando que o seu impacto tem sido limitado e a sua relevância tende a decrescer. É necessário determinar qual poderia ser o seu potencial democratizador no mercado e no Estado, considerando a sua capacidade para colocar os cidadãos no papel de produtores e gestores do território: terão as cooperativas potencial para desafiar o potencialmente lesivo imperativo de crescimento do mercado capitalista, na medida em que são (por definição) geridas segundo princípios de transparência e democraticidade e não estão constrangidas pela necessidade de maximizar o lucro para os seus sócios/ acionistas (Phelan *et al*, 2012)?

Relativamente à participação dos moradores no caso específico dos programas de habitação social, verifica-se que a mesma não é linear, dado que apresenta variação entre programas mas igualmente no contexto de um mesmo programa. Este fato condiciona a abordagem comparativa, dado que não basta comparar bairros onde foi implementado o SAAL com bairros onde foram implementados programas formalmente menos participativos. O ideal será, futuramente, comparar bairros que tenham sido sujeitos aos mesmos programas mas que tenham apresentado variação ao nível da participação. Esta será uma questão a aprofundar futuramente. Para já surge

como evidente a necessidade de aferir o impacto da participação dos moradores (e sua ausência) na justiça espacial, de forma a determinar como condiciona as condições de existência dos moradores abrangidos (melhoria ou não das suas condições de habitabilidade e da sua acessibilidade a recursos socialmente valorizados). É igualmente fundamental aferir que fatores propiciam/obstam à participação dos moradores, o que poderá abranger fatores tão diversos como o ambiente político-institucional; o enquadramento legal; o objetivo mobilizador (acesso à habitação); os objetivos secundários (ex: acessibilidades; serviços; equipamentos); a liderança; a experiência participativa prévia; a distribuição etária; o nível de instrução; a situação de carência económica; entre outros. A este propósito finaliza-se com um alerta que surgiu na discussão final da apresentação: a importância concedida aos fatores individuais, como é, por exemplo, o caso do nível de instrução, deve ser encarada com cautela: uma coisa é reconhecer a importância da educação e procurar implementar um sistema universal que favoreça a equidade e, logo, a qualidade democrática; outra coisa é catalogar indivíduos e comunidades como incapazes pelo facto de não terem adquirido um determinado nível de ensino e usar esta crença para legitimar estratégias de intervenção de carácter paternalista. Os diversos fatores, sejam individuais, contextuais ou outros, devem ser devidamente considerados, ponderados e sustentados em evidência empírica, de forma a evitar que se empole indevidamente o peso causal de uns em detrimento dos outros.

Referências bibliográficas

- Arnestein, Sherry (1969). A Ladder of Citizen Participation, *Journal of the American Planning Association*. Vol. 35, nº4, July, Chicago: APA, (pp.216-224).
- Bandeirinha, José António (2007). O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Cohen, Joshua, Rodgers, Joel (1995). Associations and democracy – The real utopias Project, vol. 1, Verso, London.
- Conselho Nacional do SAAL (1976). Livro Branco do SAAL, Vila Nova de Gaia.
- Dahl, Robert (1971). Polyarchy – participation and opposition, New Haven and London: Yale University Press.
- Fernandes, Tiago (2014a). Patterns of civil society after authoritarianism: a comparison of Portugal and Spain 1970s-2000s, Centre for European Studies, Harvard University.
- Fernandes, Tiago (2014b). Rethinking pathways to democracy: civil society in Portugal and Spain 1960s-2000s, *Democratization*, Londres: Routledge.
- Fung, Archon (2006). Varieties of Participation in Complex Governance, *Public Administration Review*, Vol. 66, Issue December, (pp.66-75).
- IHRU (2007), Relatório 2 – Políticas de Habitação, Lisboa, ISCTE, IRIC/UP.
- INE (2013a). Conta Satélite da Economia Social, Lisboa.
- INE (2013b). Caracterização da habitação social em Portugal 2012, Lisboa.
- INE (2013c), Estatísticas da construção e habitação, Lisboa.
- Pateman, Carole (1970). Participation and democratic theory, Cambridge: Cambridge University Press.
- Phelam, Liam *et al* (2012). Cooperative governance: one pathway to a stable-state economy, *Environmental Politics*, Callaghan: University of Newcastle.
- Soja, Edward (2008). The city and special justice, *Justice Spaciale*.

ⁱ A tese está a ser realizada sob orientação do professor Tiago Fernandes a quem se agradece a colaboração e as valiosas sugestões.